

Mobilidade acadêmica de estudos: questões e reflexões.

Iliane Tecchio¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão crítica acerca de um tema que desde a idade média é objeto de desejo de uma grande parcela dos estudantes e que também vem sendo desenvolvido como parte de políticas educacionais pensadas à nível federal ou institucional: mobilidade acadêmica de estudos em instituições estrangeiras. Para isso, iniciamos com considerações sobre o termo "internacionalizar", seguindo com apontamentos sobre mobilidade acadêmica de estudos em instituições estrangeiras e os desafios e impactos na formação global do estudante. Por fim, apresentamos os resultados de um questionário aplicado aos estudantes do IFAC que participaram do programa de mobilidade acadêmica de estudos em 2015/2016, pensado, possibilitado e gerido pela própria instituição. Este percurso nos possibilitou refletir criticamente sobre o tema, mostrar o que já tem sido alcançado com o programa de mobilidade acadêmica executado até o presente momento e, por extensão, apresentar sugestões para gerir programas de mobilidade acadêmica de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Mobilidade Acadêmica. Reflexões.

Abstract

This paper aims to present a critical reflection about a theme that since the middle Ages is the object of desire of many students and that has also been developed as part of educational policies planned at the federal or institutional level: academic mobility studies in foreign institutions. To do so, we began with considerations about the term "internationalization", following with notes on academic mobility of studies in foreign institutions and the challenges and impacts on the overall formation of the student. Finally, we present the results of a survey applied to IFAC students who participated in the academic mobility study program in 2015/2016, conceived, made possible and managed by the institution itself. This direction has enabled us to reflect critically on the subject, to indicate what has already been achieved with the academic mobility program implemented until the presented date and, by extension, to present suggestions for managing academic mobility study programs.

KEYWORDS: Internationalization. Academic mobility. Reflections.

1 Introdução

Estudar no exterior é um fenômeno em crescimento constante, estimulado pelas mudanças políticas, necessidades econômicas, capacitação profissional e interação cultural. Viajar faz parte da vida de muitos jovens em idade universitária, motivados pelo desejo de conhecer lugares, de aumentar a *networking* e para aprimoramento acadêmico e pessoal.

Este desejo dos estudantes está sendo viabilizado por políticas internacionais entre países que encorajam estudantes a complementarem seus estudos em universidades estrangeiras, ou por meio de editais específicos de divulgação de bolsas de estudos ofertadas pelo Governo Federal (como o programa Ciência sem Fronteiras – lançado pelo

¹ Professora efetiva do Instituto Federal do Acre. Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.

governo em 2011) ou por instituições estrangeiras que buscam talentos para, principalmente, o desenvolvimento de pesquisas e contribuições para com a inovação, solução de problemas enfrentados por centros urbanos, problemas sociais, entre outros. Além disso, instituições de ensino superior desenvolvem seus próprios programas de mobilidade acadêmica que são frutos de parcerias entre as instituições interessadas em desenvolver a internacionalização.

Em relação aos programas de mobilidade acadêmica das instituições de ensino brasileiras, estes são, na sua grande maioria, planejados pela gestão da instituição por meio da Assessoria de Relações Internacionais com apoio do gestor máximo, das pró-reitorias, da assistência estudantil, entre outros. Especificamente, no Instituto Federal do Acre (IFAC), a Diretoria de Relações Internacionais (DIRIN), vinculada à Pró-reitoria de Extensão (PROEX), por meio das políticas de internacionalização previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tem possibilitado experiências de estudos no exterior de um semestre letivo para alunos de graduação de todos os seus *campi*. O investimento para tal programa tem o apoio da Assistência Estudantil do instituto.

Entretanto, mesmo conhecedores dos benefícios acadêmicos e para a formação humana e cultural dos alunos que participam de uma experiência de intercâmbio, recaem sempre dúvidas acerca da contribuição dessa oportunidade para com a instituição, a sociedade e para os próprios alunos. É um investimento, tanto financeiro como humano, que precisa ser mensurado para certificar se tal programa, como vem sendo gerido, contribui efetivamente para o objetivo a que se propõe: “investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento” (Edital Internacional nº 1 2015 IFAC).

Responder as incertezas sobre esta questão, de âmbito qualitativo, constituiu-se em uma tarefa que exigiu do investigador além do conhecimento teórico acerca do que seja “internacionalizar” no mundo globalizado e de interação mediática (com informações que concorrem na velocidade da luz possibilitadas por meio de divulgação em rede), refletir criticamente sobre os dados coletados para tal fim, por meio de um questionário aplicado aos participantes do programa de mobilidade acadêmica do IFAC. De posse desses dados e com o apoio da literatura, somados com a experiência profissional do pesquisador,

pretende-se, aplicar uma leitura mais concentrada no processo de internacionalização, mais propriamente, em relação ao programa de mobilidade acadêmica do IFAC.

Assim, este estudo traz na parte introdutória considerações sobre internacionalização e mobilidade acadêmica. Na parte seguinte apresentamos, em linhas gerais, o programa de mobilidade acadêmica desenvolvido pelo IFAC em parceria com o Instituto Politécnico Castelo Branco (IPCB), situado em Castelo Branco/Portugal, e a reprodução das questões do questionário aplicado aos alunos que participaram do intercâmbio de setembro 2015 até fevereiro de 2016. Por fim, manifestamos as conclusões desse estudo com a reflexão crítica anunciada no resumo dessa pesquisa.

2 Internacionalização e mobilidade acadêmica de estudos: apontamentos teóricos

Ben Wildavsky, pesquisador da Kauffman Foundation - Estados Unidos, respondeu a uma entrevista sobre “A internacionalização das universidades” publicada originalmente no Jornal da UNICAMP, em 2010, lembrando que:

Já na Idade Média, quando as primeiras universidades ocidentais foram criadas em cidades como Paris, Bolonha e Oxford, já havia estudantes que viajavam de um lugar para outro. Mas agora a globalização está ocorrendo em uma escala jamais vista na história. Há 3 milhões de alunos estudando fora de seus países de origem, o que representa um aumento de 57% em apenas uma década. Em 2025, haverá cerca de 8 milhões. As melhores universidades do mundo estão procurando os melhores talentos onde quer que possam encontrá-los. Países de todos os continentes já perceberam que o capital humano é essencial para o crescimento econômico. (WILDAVSKY, 2010)

De acordo com Robertson (2010), esta busca de talentos tem propiciado uma considerável circulação de estudantes em universidades, como, por exemplo, da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, nas duas ou três últimas décadas e resultaram em grandes desafios que as instituições de ensino têm enfrentado em razão das transformações significativas no âmbito da sua missão, governança, produção e circulação de conhecimentos e relações com economias e sociedades globais e regionais. Para cumprir sua missão de formar estudantes críticos, capazes de tomar decisões em diversas situações, de compreender cultural e cientificamente o espaço geográfico com visão ampla, de produzir conhecimento e colaborar para o desenvolvimento da sociedade, já não basta a

oferta de ensino centrada na instituição à qual o estudante está frequentando regularmente. Há de se pensar em políticas de “cruzar fronteiras” e internacionalizar a formação acadêmica.

Neste sentido, a compreensão do termo “internacionalização”, aqui circunscrito à mobilidade acadêmica das instituições de ensino superior (um dos requisitos que o MEC analisa quando da avaliação de uma instituição de ensino, como ocorreu no IFAC em 2016 no seu credenciamento e na oferta de cursos superiores), deve estar bem clara para que possamos refletir nas e sobre as ações que estão sendo pensadas nas universidades do Brasil em parceria com universidades do exterior.

Na literatura adotada para o desenvolvimento desse estudo (Robertson, 2010; Wit, 2011; Byram & Feng, 2006; Stallivieri, 2004), encontramos entendimentos semelhantes acerca do tema internacionalização das instituições de ensino superior: trata-se de um processo de integração que deve ser pensado em uma dimensão internacional, intercultural ou global, de acordo com a missão e os valores da instituição, o qual deve incluir políticas e práticas a fim de cooperar com o meio ambiente acadêmico global.

Entendemos que a internacionalização da educação do ensino superior, principalmente, não deve ter por princípio apenas a formação acadêmica, centrar-se no estudante e dar-lhe toda a responsabilidade para que, quando este retornar do intercâmbio, contribua com o meio acadêmico e com a comunidade. A internacionalização é um processo, e este vai além do objetivo de contribuir com a formação profissional, agrega outros segmentos, como: ampliar a troca de experiências entre pesquisadores das universidades parceiras; participação e compartilhamento de pesquisas; projetos de pesquisa, ensino e extensão em parceria; desenvolvimento científico, e tantas outras importantes ações que podem advir de uma parceria entre universidades de diferentes países. As parcerias podem ser viabilizadas por meio da mobilidade acadêmica, em intercâmbio de estudos, na participação em eventos (científicos, de extensão), entre outros.

Para exemplificar, citamos alguns objetivos da internacionalização apontados por Valiulis & Valiulis:

Promover educação multicultural e intercultural; contribuir para melhorar as experiências de aprendizagem dos alunos em mobilidade; contribuir para melhorar as experiências de docência dos professores que ensinam em sala de aula com diferentes grupos de estudantes; contribuir para melhorar as competências

interculturais daqueles envolvidos em educação nas universidades; sensibilizar as universidades para o multiculturalismo; promover contínuo treinamento para o multiculturalismo e interculturalismo. (VALIULIS;VALIULIS, 2006)

Após assumirmos a internacionalização como um **processo**, e não como resultado de ações, projetos ou programas, cabe agora citarmos algumas estratégias que contribuem para a internacionalização ou fazem parte do planejamento da gestão para este setor da instituição, mas que por várias razões são discutíveis em relação, por exemplo, aos resultados de tais estratégias para a instituição e para o aluno. Não pretendemos aqui afirmar se tais fatores fazem parte do processo ou não, mas são ações que aparecem constantemente em iniciativas de mobilidade internacional de estudos proporcionadas pelo Governo Federal, por instituições nacionais e do exterior, que são citadas na literatura e discutidas nos fóruns dos assessores internacionais, como o FORINTER (Fórum dos assessores internacionais dos Institutos Federais) e associações como a FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional).

Stallivieri (2004) cita algumas estratégias que as universidades podem adotar pensando na internacionalização: mobilidade de estudantes, servidores e gestores; participação em associações de cooperação internacional, de projetos, de eventos internacionais; reuniões de organismos internacionais; captação de recursos de diversas fontes de financiamento; viabilização de assinatura de protocolos de intenções, entre outras. Além dos exemplos da pesquisadora, notamos também outros fatores presentes nas ações da gestão da internacionalização: recepção de alunos e de docentes de universidades do exterior; disciplinas ministradas em língua estrangeira; internacionalização do currículo; ensino de línguas estrangeiras; escola de fronteira (como a do Instituto Federal Rio-grandense); desenvolvimento de pesquisas; projetos de integração cultural, esportiva, artística, entre outros.

Cada uma das estratégias e/ou fatores que constituem o conjunto do planejamento da assessoria internacional, trazem resultados que influenciam na formação acadêmica, na formação humana, na cultural, na personalidade, na contribuição científica para a instituição, para a comunidade, para o curso, no reconhecimento da instituição, na parte de captação de recursos financeiros com o recebimento de estudantes, de pesquisadores e de professores. São muitos os aspectos em que o setor da internacionalização pode contribuir

nos mais diferentes meios que constituem uma sociedade, apesar dos muitos desafios enfrentados pela gestão do setor de internacionalização (políticos, financeiros, administrativos).

Vamos refletir, em linhas gerais, sobre algumas dessas estratégias.

Iniciamos com o item: **estudar no exterior** (algum tempo ou todo o curso), o que tem amplo destaque no planejamento do setor de internacionalização das instituições de ensino superior. Normalmente, a mobilidade de estudantes e servidores é viabilizada por meio dos acordos de cooperação bilaterais entre instituições parceiras. Entretanto, é uma iniciativa tímida e até difícil de ser executada, se consideramos a limitação financeira e a não viabilização de recursos específicos para o setor de internacionalização da instituição, como identificado no IFAC. Assim, para a viabilização dos recursos financeiros para a execução de um plano de trabalho de mobilidade acadêmica de estudos, é necessário recorrer a outros setores da instituição, como, por exemplo, os recursos da assistência estudantil.

Além disso, nota-se que há dificuldade para o reconhecimento dos estudos na universidade de origem. Não há garantia de que as disciplinas cursadas no intercâmbio sejam reconhecidas, pois podem ocorrer discrepâncias na ementa, na carga horária, ou diferenças no resultado do aproveitamento de estudos (como, por exemplo, créditos e horas/aula, conceitos e notas). A falta de uma regulamentação específica sobre o aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior com vistas a orientar o colegiado do curso também é um fato a ser considerado e que deve ser tratado pelas assessorias internacionais das instituições de ensino.

A mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e para promover a inserção no mercado de trabalho, além de promover a diversidade e a capacidade de lidar com outras culturas, o pluralismo linguístico e o aumento da cooperação e da competição entre as instituições de ensino superior. O pesquisador Wit (2007) chama a atenção para que cada país promova políticas de mobilidade a fim de garantir a qualidade na formação discente e de diversificar suas áreas e seus padrões de ensino.

Em relação aos requisitos de participação de alunos em editais de intercâmbio - principalmente aqueles lançados por programas federais por meio das agências de fomento

ou aqueles em parcerias com universidades estrangeiras – chamamos a atenção ao fato de que deveriam ser considerados o público alvo e, especificamente, a realidade local e a história de formação acadêmica como requisitos. Isso porque, geralmente, os editais são escritos para concorrência em nível nacional, e como temos uma diferença de formação acadêmica significativa entre as regiões do país (sul e norte, por exemplo), as vagas, na sua maioria, acabam sendo conquistadas por estudantes da região sul e sudeste.

Outro fator importante: **assinaturas de acordos de cooperação** (*MOU: Memorandum Of Understanding*). A assinatura de convênios com instituições do exterior aparece como um indicativo de cumprimento de ações previstas geralmente no PDI das instituições de ensino. Entretanto, há que se ter o cuidado de que esses acordos não fiquem meramente no papel. Mais importante do que os indicativos de número de convênios assinados, é a operacionalização, isto é, a execução de planos de trabalhos com as instituições parceiras. Stallivieri (2004, p.47) pontua que:

[...] a gestão dos acordos de colaboração deve ser cuidadosamente operacionalizada, pois corre-se o risco de que o documento nem sempre atinja os resultados esperados, caindo no ostracismo e no esquecimento, se não for colocado o interesse institucional acima do interesse pessoal de um professor e/ou pesquisador. (STALLIVIERI, 2004, p. 47).

O **recebimento de estudantes estrangeiros** também traz benefícios para a instituição no que tange à contribuição dos mesmos para com o conhecimento científico e para com a interação social e cultural, além de, em alguns casos, ser uma fonte de captação de recursos. Mas, infelizmente, o Brasil, mesmo sendo uma potência na América Latina ainda tem desafios que inibem a procura dos estudantes estrangeiros para completar seus estudos em nossas universidades. Entre os desafios destacam-se a barreira linguística e a questão do currículo das universidades, como pontua Francisco Marmolejo - diretor-executivo do Consórcio para a Colaboração no Ensino Superior da América do Norte (Conahec) em entrevista ao Jornal da Unicamp (2010).

Além disso, temos a questão das políticas de recebimento e acolhimento de estudantes estrangeiros, que devem ser bem delineadas, cuidadosamente, levando em consideração a estrutura para esse recebimento, tanto da equipe da assessoria de relações internacionais, quanto da universidade. A questão do preparo dos professores para inclusão

dos alunos internacionais em suas aulas; da recepção e do acompanhamento dos estudantes estrangeiros durante o intercâmbio; a questão linguística; cultural, entre outros, são pontos que devem ser considerados quando a universidade incluir essa ação em seu processo de internacionalização.

Marmolejo (2010) lembra que os países que mais atraem alunos são aqueles que oferecem cursos em inglês, pois a língua inglesa converteu-se na língua franca do mundo contemporâneo em termos acadêmicos. Ele destaca que o Brasil deveria oferecer mais cursos universitários em inglês. Lembramos que não se trata de ensinar a língua inglesa somente, mas de disciplinas serem ofertadas na língua estrangeira, e isso inclui o preparo linguístico dos docentes e dos alunos brasileiros. Além disso, Marmolejo chama a atenção sobre o currículo das universidades latino-americanas. No entendimento do pesquisador tais universidades deveriam rever o que está sendo ensinado, pois provavelmente estão sendo ministrados conteúdos que já não sejam tão relevantes para a formação das competências que o estudante deve alcançar com seus estudos.

O fato de o Brasil ter-se tornado a *power house* da América Latina e uma das economias mais importantes do mundo obrigam-no a refletir seriamente sobre como ampliar o acesso à educação superior com equidade – há coisas muito interessantes sendo feitas no país – e como atender às necessidades de internacionalizar o currículo, aumentar o intercâmbio de professores e alunos e garantir que estes últimos dominem um segundo idioma ao final de seus estudos universitários. O Brasil tem condições para tornar-se um líder regional – algumas de suas universidades, como a de Campinas, são de alta qualidade e apresentam produção científica invejável. O que falta é o desejo, a intenção de fazê-lo. (MARMOLEJO, 2010)

Uma última estratégia que destacamos aqui (não por serem somente essas as questões a serem discutidas, mas devido à delimitação do estudo) trata da **interação cultural** que a mobilidade internacional proporciona. Apesar de ser um fato não muito discutido em programas de incentivo a intercâmbios, este item tem uma contribuição de especial relevância tanto para o aluno e para o servidor, como para a instituição e para a comunidade.

Byram e Feng (2006) pontuam que estudar fora contribui para ampliar o entendimento de seu próprio ambiente e melhora a compreensão mundial, um ganho extra na dimensão acadêmica. Os estudantes têm a oportunidade de interagir com estudantes de

outras partes do mundo, conhecer hábitos alimentares, modos de vida, de pensar, de sentir a vida, contribuindo para ampliar a visão geral de mundo, como os alunos do IFAC reportaram no questionário que descrevemos na próxima seção.

Em suma, a internacionalização do ensino superior levou o estudo em instituições do exterior a ser um fenômeno a grande escala. Entretanto, estudar no exterior não pode ser dissociado de aprender a viver em outro país e cultura. A necessidade de se adaptar a um novo sistema educativo é óbvia, mas as dificuldades inevitáveis de viver em outra cultura para fins de estudo são também uma faceta importante de toda a experiência.

3 O programa IFAC/IPCB: estudo de caso

O Programa de Mobilidade Acadêmica IFAC e IPCB teve início com a assinatura do Protocolo de Intenções em 2012, pelos representantes máximos das 2 instituições parceiras. Em linhas gerais, esse documento bilateral, de aspecto amplo, que pode ser denominado “acordo guarda-chuva”, possibilita, através de respectivos **planos de trabalho**, planejar ações de ensino, pesquisa e extensão,

Considerando o objetivo desse estudo, elegemos o intercâmbio de estudos de alunos de graduação do IFAC que foi regido por meio do Edital Internacional nº 01 2015, disponível no site da instituição, como uma das ações desenvolvidas após a assinatura do protocolo de intenções. O referido Edital selecionou 8 alunos de graduação dos 4 *campi* do instituto que ofertam cursos de graduação, isto é, 2 alunos de cada campus: Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Cruzeiro do Sul, tiveram a oportunidade de complementar seus estudos no IPCB por 1 semestre letivo: de setembro/2015 até fevereiro/2016.

O Edital foi de responsabilidade da Diretoria de Relações Internacionais do IFAC, com apoio da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, que viabilizou o recurso financeiro para o intercâmbio, o que incluiu pagamento das passagens aéreas de ida e volta; visto; seguro saúde internacional obrigatório; taxa de registro no IPCB; revalidação do visto e despesas de moradia e alimentação.

Os estudantes selecionados elegeram 4 disciplinas correlatas com o curso deles no IFAC para o período do semestre de mobilidade, e posteriormente, no final do intercâmbio, tais disciplinas cursadas pudessem ser validadas ou como disciplinas cursadas em outra

instituição, ou em caso de diferenças de ementas e de horas das disciplinas, serem aproveitadas como atividades complementares. Os estudantes também tiveram a oportunidade de morar na residência estudantil do IPCB, o que possibilitou conviver com estudantes de vários países, em uma verdadeira experiência multicultural.

No ano de 2016 foi lançado outro Edital Internacional referente ao mesmo programa e seguindo os moldes do primeiro Edital, que permitiu o intercâmbio de estudos de mais 6 alunos de graduação. Eles viajaram em meados de fevereiro/2017 e retornaram em meados de julho/2017. Em cada Edital são investidos cerca de R\$ 120.000,00 (dividido entre os estudantes para as despesas citadas anteriormente) e esse é um dos fatos que motivou esta pesquisa no sentido de responder alguns questionamentos que emergem não apenas dos autores desse estudo, mas que também podem ser objeto de dúvidas da própria comunidade acadêmica. Tais questionamentos circunscrevem aspectos como: o programa tem alcançado seu objetivo de, principalmente, colaborar com a formação acadêmica de qualidade, com a formação humana e, por extensão, há resultados exteriorizados dessa ação para com a instituição e a comunidade? O programa, como está implantado e gerido, está sendo totalmente eficiente, ou necessita de implementações, revisões, tanto na forma de seleção, quanto durante e após o intercâmbio, na volta dos alunos para a instituição de origem?

Para responder a estes questionamentos e refletir criticamente acerca do Programa de Mobilidade Acadêmica do IFAC, elegemos a coleta de dados por meio de um instrumento de pesquisa qualitativa: o questionário. Como os alunos são de *campi* diferentes, formulamos o questionário no Formulários Google e enviamos o *link* de acesso para o correio eletrônico dos 8 alunos que participaram do programa IFAC/IPCB no ano de 2015/2016. O questionário abarcou perguntas abertas e fechadas, que foram as seguintes:

1. Quais as razões que o levaram a candidatar-se ao programa IFAC/IPCB?
2. Como foi seu processo de adaptação com o sistema de ensino do IPCB?
3. Como foi sua habituação com os estudantes do IPCB e de outros países?
4. Como você descreve sua adaptação cultural, na escola, no círculo de amizades durante o intercâmbio?
5. Quais foram os maiores desafios enfrentados durante o intercâmbio?
6. Como você avalia sua experiência internacional?

7. Qual mensagem leva para sua vida pessoal/profissional?
8. Voltaria a realizar o intercâmbio: () sim () não () talvez
9. Como você avalia as orientações da diretoria de relações internacionais do IFAC até a data da viagem?
() suficiente () razoável () insuficiente () não houve orientações
10. Houve acompanhamento da Diretoria de Relações Internacionais do IFAC durante o intercâmbio?
() suficiente () razoável () insuficiente () não houve acompanhamento
11. Houve validação dos créditos das disciplinas cursadas e também das atividades realizadas durante o intercâmbio?
() Total () Parcialmente () tive dificuldades em validar () não houve validação
12. Participou de atividades junto aos alunos e/ou comunidade para compartilhar conhecimentos adquiridos no intercâmbio? Em caso de resposta afirmativa, por favor relatar as atividades.
() sim () não

Em relação à primeira questão: “Quais as razões que o levaram a candidatar-se ao Programa IFAC/IPCB”, percebemos unanimidade nas respostas: o desejo de estudar em uma instituição europeia e de adquirir novos conhecimentos acadêmicos para o enriquecimento do currículo estudantil. Outro ponto destacado pela maioria dos alunos foi a curiosidade de conhecer novas culturas e de viver em outro país. Essas respostas comprovam o que outros estudos sobre mobilidade já destacaram e que é a grande motivação dos programas de mobilidade estudantil ofertados por diversos segmentos envolvidos no desenvolvimento da educação formal.

A segunda questão investiga a adaptação dos estudantes nas instituições receptoras. A maioria dos estudantes respondeu que as dificuldades circunscrevem à adaptação à língua, e que mesmo sendo em Portugal, as diferenças linguísticas lexicais e de pronúncia causaram certo estranhamento e houve a necessidade de um esforço de adaptação para melhor compreensão das aulas. Além disso, os alunos relataram que a maioria dos materiais de estudos era disponibilizado na língua inglesa, o que exigiu um esforço maior deles, não apenas na adaptação ao novo ambiente escolar, à metodologia, aos conteúdos, mas também ao conhecimento linguístico. As respostas comprovam a

importância do ensino de línguas estrangeiras nas nossas instituições de ensino. Há necessidade real de implantar centros de ensino de línguas estrangeiras nas escolas brasileiras, pois o monolingüismo, acreditamos, caracteriza-se como uma barreira para a ampliação do conhecimento e para a autonomia do estudante na sua formação acadêmica e profissional.

Outros fatores de adaptação destacados referem-se ao conteúdo das disciplinas elegidas pelos estudantes, da forma de avaliação e da exigência dos docentes da instituição portuguesa. Os alunos reclamaram que não há tratamento diferenciado entre os alunos regulares do IPCB e os alunos em mobilidade quanto aos conhecimentos prévios da disciplina. Entretanto, mesmo com essas dificuldades, os alunos responderam que conseguiram superá-las e aprenderam muito.

Em relação à habitação com os alunos do IPBC e de outros países, os alunos responderam que foi razoável. Algumas rejeições (principalmente dos alunos portugueses do IPCB frente aos brasileiros) foram superadas diante da receptividade e do carinho dos estudantes em mobilidade. Os passeios e as viagens para conhecer outros lugares ajudaram na habitação com os demais estudantes.

Na questão 4, os alunos foram unânimes, mais uma vez, ao responder que a adaptação cultural, de modo geral, superou as expectativas, que não tiveram dificuldades em fazer novas amizades e conviver com alunos de outros países, como em na afirmação “(...) foi muito importante porque eles tinham pensamentos diferentes sobre tudo, basicamente isso ajudou-me muito a deixar certos preconceitos de lado e abrir minha mente, mudar minha forma de pensar”.

Entre os maiores desafios com que os alunos se depararam durante o intercâmbio, pergunta número 5 do questionário, 70% responderam que o não domínio da língua inglesa foi uma barreira tanto em sala de aula (conteúdos e material em língua inglesa), como também para comunicar-se com estudantes de outras instituições. Outros pontos destacados foram: nível de dificuldade em alguns conteúdos; saudade de casa, da família e dos amigos; mudança de clima.

Na questão número 6, “Como você avalia sua experiência internacional”, 100 % dos estudantes avaliaram de forma positiva, como fundamental para o crescimento profissional,

pessoal; oportunidade de estudar com metodologia diferenciada; como motivação para o alcance dos objetivos de vida; para conhecer outras culturas, lugares, pessoas; para melhorar a autoestima e a convivência social.

No que se refere à mensagem aprendida para a vida pessoal/profissional que o intercâmbio proporcionou, questão 7, as respostas abarcam o ponto da “descoberta do mundo”, que a experiência contribuiu para a maturidade pessoal e profissional, para “abrir a mente” para novas descobertas e para buscar profissionalizar-se sempre mais. Além disso, os alunos destacaram a importância de aprender uma língua estrangeira, principalmente a língua inglesa, tanto para auxiliar a comunicação com estudantes de outros países, como para o aprimoramento acadêmico.

As questões de 8 a 12 são de respostas objetivas. Na questão 8 que investiga se o aluno voltaria a realizar o intercâmbio, 100% dos estudantes responderam afirmativamente. Na questão 9 que avalia a atuação da Diretoria de Relações Internacionais na execução do Edital IFAC/IPCB, 7 dos 8 alunos, responderam que receberam apoio suficiente; e 1 aluno respondeu que o apoio foi razoável. A questão 10 trata do acompanhamento da Diretoria de Relações Internacionais durante o intercâmbio, à qual todos os alunos responderam que tiveram acompanhamento suficiente. Todos os estudantes tinham um orientador, sendo este um professor do curso o qual eles estavam frequentando no IFAC, e que os auxiliou durante os estudos no IPCB.

A pergunta 11 diz respeito ao aproveitamento de créditos de disciplinas cursadas no exterior. Este é um assunto delicado, pois mesmo os alunos selecionando disciplinas correlatas com o curso que estão matriculados na instituição de origem, podem ocorrer problemas de ementa e carga horária entre a disciplina cursada no exterior e aquela para a qual está solicitando o aproveitamento de créditos. Entretanto, esse fator não deve, no nosso ponto de vista, ser empecilho para a mobilidade de estudos, já que há ganhos substanciais para a formação acadêmica e humana, como constatado na literatura sobre mobilidade e no questionário aplicado.

Os alunos intercambistas do IFAC tiveram aprovação em 85% das disciplinas que cursaram no IPCB. Contudo, apenas os 2 alunos que estudaram na Escola Agrária do IPCB conseguiram validar totalmente os créditos no curso que estão matriculados no IFAC,

enquanto que uma aluna que estudou na Escola da Saúde teve o aproveitamento parcial dos créditos. Mas tivemos intercambistas que não conseguiram validar nenhum crédito. Constata-se a diferença de ementa no curso da área das Exatas entre as 2 instituições parceiras, e uma maior similaridade na área das Agrárias. As disciplinas que não foram validadas, podem ser aproveitadas como carga horária de “atividades complementares” que os alunos precisam completar até o final do curso. Essa instrução está no RMA do IFAC que está em vigência desde o início de 2015.

Por fim, a última pergunta inquiriu sobre o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos no exterior para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Todos os alunos responderam que participaram de atividades nas quais partilharam suas experiências, tais como: I Seminário de Internacionalização do IFAC, realizado em abril de 2016 e o I CONC&T, (Congresso de Ciência e Tecnologia do IFAC), realizado em outubro de 2016, no qual apresentaram uma comunicação oral sobre a experiência de estudos no IPCB e mostraram alguns conhecimentos adquiridos em determinadas disciplinas cursadas no intercâmbio.

Por fim, com o amparo das pesquisas bibliográficas e das respostas ao questionário aplicados aos 8 alunos ex-intercambistas do programa IFAC/IPCB, apresentamos, a seguir, as considerações e reflexões, objeto desse trabalho.

4 Considerações e reflexões

A realização desse estudo permitiu ampliar a compreensão dos desafios e benefícios da mobilidade acadêmica de estudos em instituições estrangeiras e, mais propriamente, refletir criticamente acerca do programa IFAC/IPCB.

Primeiramente, salientamos que, com base nas leituras realizadas para a composição desse estudo e das respostas ao questionário, é inegável que a internacionalização e a mobilidade acadêmica de estudos colaboram para o desenvolvimento pessoal, para a ampliação da visão cultural, para a ampliação da visão de mundo, para a ampliação da comunicação intercultural, para a formação acadêmica, para o enfrentamento de desafios, como ressalta Marmolejo (2010) “(...) internacionalizar significa propiciar maior mobilidade

aos alunos para que eles possam entender melhor o mundo complicado em que vão trabalhar”.

A coleta de dados possibilitou comprovar que os estudantes tiveram suas expectativas do intercâmbio supridas em relação ao crescimento acadêmico, cultural, ampliação da visão de mundo e do conhecimento como um todo. Porém, foram muitas as questões e os desafios enfrentados por eles. Questões essas, como apontam Alghamdi e Otte (2016), que também foram indicadas pelos alunos do IFAC, que dizem respeito às dificuldades linguísticas, acadêmicas, solidão, adaptação ao sistema de ensino, discriminação, choque cultural e questões de integração social.

Além dessas questões, é importante citar os desafios que a instituição enfrenta no processo de internacionalização, principalmente no que diz respeito ao apoio institucional adequado e ao suporte pessoal aos estudantes que estão em mobilidade no exterior. Sabemos que a Assessoria de Relações Internacionais da maioria dos Institutos Federais é composta por um número limitado de servidores, o que torna a execução e o acompanhamento dos planos de trabalho uma tarefa árdua.

Apesar desses desafios, o número crescente de estudantes no exterior tem criado oportunidades e benefícios para instituições e estudantes. Esses benefícios incluem ganhos financeiros por parte da instituição, a oportunidade para a compreensão intercultural e consciência global para as instituições de acolhimento e para estudantes nacionais e internacionais e a ampliação dos conhecimentos científicos.

Entretanto, ainda há muitos pontos que devem ser pensados, trabalhados, melhorados ou modificados, para uma melhor eficiência dos resultados do programa, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento das disciplinas; aos métodos e estratégias de apoio aos estudantes internacionais (social, econômica, acadêmica e psicológica); à contribuição dos estudantes para com a comunidade acadêmica e para com a sociedade, quando os alunos retornam do intercâmbio.

A título de sugestão para os aspectos acima citados, recomendamos:

- i) Uma seleção mais criteriosa das disciplinas elegidas pelos alunos para serem cursadas na instituição estrangeira. Geralmente a seleção é realizada pelo aluno, mas pensamos que deve ter o apoio do coordenador do curso e do professor

titular da disciplina que o estudante tem a intenção de realizar e validar os créditos posteriormente;

- ii) Sugerimos um diálogo mais amplo com a instituição receptora no que tange à recepção e ao acompanhamento dos alunos em intercâmbio, por meio de relatórios mensais, acompanhamento de tutores, formação linguística, apoio acadêmico e psicológico e o preparo dos alunos da instituição receptora para receber e interagir com os alunos estrangeiros;
- iii) No que tange ao aspecto da contribuição dos estudantes na volta do intercâmbio, sugerimos que, já na inscrição para o Edital de Mobilidade, o candidato tenha desenhado seus compromissos de compartilhar as experiências adquiridas no exterior, por meio de participação em eventos, minicursos, produções científicas, publicações, entre outras;
- iv) Um acompanhamento do estudante após seu retorno do intercâmbio também é muito importante, pois além da adaptação durante o intercâmbio, temos o retorno que pode ser uma fase também difícil para o aluno, principalmente para quem teve poucas oportunidades para conhecer outros lugares, modos de vida, outras culturas. O convívio durante o intercâmbio, tanto na instituição escolar, quanto fora dela, colabora para ampliar a visão de mundo do estudante, e, por isso, o retorno pode causar um impacto cultural, um estranhamento, mesmo em seu próprio local de origem.
- v) Uma melhor preparação linguística é de grande relevância antes do aluno sair para o intercâmbio, principalmente na língua inglesa e na língua do país elegido para o intercâmbio de estudos.

Além de tudo o que foi exposto neste estudo, concordamos com John Douglass (2010) em que temos que considerar as expectativas da instituição no investimento de proporcionar experiência internacional a seus estudantes, e estas devem ser bem delineadas para que haja um retorno para a instituição e para a comunidade. Acreditamos que todo o conhecimento e as ações da gestão na formação acadêmica devem ser divulgados além dos muros escolares, para que, assim, a universidade cumpra uma de suas funções sociais: ajudar no desenvolvimento da sociedade.

Entretanto, independentemente de se as expectativas da internacionalização serão alcançadas ou não, a mobilidade internacional de estudos continuará crescendo. O que deve ser feito é um estudo e uma avaliação minuciosa de como esses programas devem ser conduzidos (as políticas de investimento estudantil) e devem ser observados os impactos para que haja uma melhoria constante desses programas. As ações de internacionalização só serão significativas se houver realmente uma cooperação entre estudantes, instituições, programas e a troca de informações, com colaboração em pesquisa, ensino, extensão.

A internacionalização deve fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Mapa Estratégico das instituições de Ensino Superior, com metas e objetivos voltados, para contribuir para um mundo mais democrático, justo e igualitário, como também afirmam Valiulis & Valiulis (2006). Sem instituições adequadas de ensino superior e de investigação que proporcionem uma massa crítica de pessoas qualificadas e educadas, nenhum país pode garantir um verdadeiro desenvolvimento. Além disso, complementam os pesquisadores citados acima, a internacionalização da educação superior não está restrita em promover a mobilidade estudantil. De igual importância está o esforço de criar melhores condições para competir por bons estudantes e pesquisadores, e essa concorrência exige esforços conjuntos para formar profissionais de alto nível e para promover a cooperação em pesquisa científica para o enfrentamento dos problemas além dos limites de um país.

Finalizamos este estudo, não por ter dissecado todas as questões do tema internacionalização e mobilidade acadêmica de estudos, pois são questões que requerem amplas discussões e reflexões, mas por pensarmos que contribuímos, por ora, para motivar ainda mais a oferta de oportunidades de mobilidade não apenas no IFAC, mas nas demais instituições de ensino superior do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALGHAMDI, Hamad.; OTTE, Suzanne. *The Challenges and Benefits of Study Abroad. International Journal of Humanities and Social Science*. Vol. 6, nº 5, May 2016. Disponível em <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_6_No_5_May_2016/2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BYRAM, Michael.; FENG, Anwei. *Living and studying abroad: research and practice*. UK: Multilingual Matters LTDA, 2006.

ROBERTSON, Susan. Challenges Facing Universities in a Globalising World. Published by the Centre for Globalisation, Education and Societies, University of Bristol, Bristol BS8 1JA, UK, 2010. Disponível em <<http://susanleerobertson.com/publications/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

STALLIVIERI, Luciane. *Estratégias de internacionalização das Universidades brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

VALIULIS, Algirdas.; VALIULIS, Donatas. The Internationalisation of Higher Education: a Challenge for Universities. *Global Journal of Engng, Education*. Vol 10, nº 2, 2006. UICEE Published by Australia. Disponível em <<http://www.wiete.com.au/journals/GJEE/Publish/Vol.10,%20No.2/Valiulis.pdf>>. Acesso em : 12 jan. 2017.

WILDAVSKY, Ben; MARMOLEJO, Francisco; DOUGLASS, John. Internacionalização das Universidades vista por três especialistas estrangeiros. *Revista Ensino Superior da UNICAMP*: 2010. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

WIT, Hans de. *Trends, Issues and Challenges in Internationalisation of Higher Education*. Centre for Applied Research on Economics & Management: Amsterdam, 2011.

Data de submissão: 29/08/2017. Data de aprovação: 30/10/2017